



Arrecadação da Receita Federal cresce 0,26% e chega a R\$ 110,6 bi

Supremo autoriza cobrança de mensalidade em colégios militares

Página 5

União pagou R\$ 449,12 milhões em dívidas atrasadas de estados

Página 3

A arrecadação das receitas federais somou R\$ 110,664 bilhões em setembro, de acordo com dados divulgados na quarta-feira (24), em Brasília, pela Receita Federal.

Na comparação com setembro de 2017, descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), houve crescimento de 0,26%.

Nos nove meses deste ano, a arrecadação federal acumula R\$ 1,064 trilhão, 6,21% (vari-

ação considerado o desconto da inflação pelo IPCA) a mais que a do mesmo período de 2017.

Se forem considerados apenas os valores administrados pela Receita Federal (como impostos e contribuições), a arrecadação ficou em R\$ 108,173 bilhões, com redução de 0,39% em setembro. No acumulado do ano até o mês passado, a soma dos valores administrados pela Receita atingiu R\$ 1,023 trilhão, com crescimento real de 5,02%. **Página 3**

OMS: erradicar a pólio será maior conquista da humanidade

No Dia Mundial da Pólio, lembrado nesta quarta-feira (24), a Organização Mundial da Saúde (OMS) destacou o avanço no combate à doença, também conhecida como paralisia infantil. Em 1988, a poliomielite era endêmica em 125 países, contra apenas três em 2018: Nigéria, Paquistão e Afeganistão. "Erradicar a pólio será uma das maiores conquistas da história da humanidade", destacou a entidade, por meio de sua conta na rede social Twitter.

De acordo com a OMS, se não fossem os esforços para acabar com a doença, mais de 17 milhões de pessoas que hoje podem caminhar teriam os membros paralisados por uma infecção pelo vírus. "Não podemos parar agora, vamos terminar o trabalho", cobrou a entidade. "Não existe cura para a pólio, mas as vacinas podem proteger uma criança por toda a vida."

A doença

De acordo com o Ministério da Saúde, a poliomielite é uma doença contagiosa aguda causada pelo poliovírus, que pode infectar crianças e adultos por meio do contato direto com fezes ou secreções eliminadas pela boca de pessoas infectadas e provocar ou não paralisia. Nos casos graves, em que acontecem as paralisias musculares, os membros inferiores são os mais atingidos. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quinta: Chuvisco durante o dia. A noite pode chover e o céu ainda fica nublado.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,74
Venda: 3,74

Turístico
Compra: 3,72
Venda: 3,94

EURO

Compra: 4,26
Venda: 4,27

OURO

Compra: 136,32
Venda: 164,64

Eleitor que não votou no primeiro turno deve ir às urnas no domingo

Para a Justiça Eleitoral, cada turno de votação é considerado uma nova eleição e, por isso, o eleitor que não votou no primeiro turno deverá votar no segundo turno, no próximo domingo (28), desde que esteja em situação regular com a Justiça Eleitoral. Mesmo não tendo justificado sua ausência no primeiro turno, ele não está impedido de votar no segundo, porque têm até 60 dias para fazê-lo.

Além da escolha do próximo presidente da República, no dia 28, os eleitores vão definir o nome de governadores de 13 estados e do Distrito Federal e prefeitos de 19 cidades. Neste último caso, são as chamadas eleições suplementares, previstas no Código Eleitoral em casos específicos, geralmente



Eleitor

quando há condenação eleitoral ou criminal, abuso de poder político, compra de votos, cassação de mandato, entre outros casos, por parte dos políticos.

Assim como no primeiro turno, quem não comparecer para votar neste domingo é obrigado a justificar sua ausência. **Página 4**

Esporte

Lucas Okada é o campeão da 20ª edição da Seletiva de Kart Petrobras



Lucas Okada: título na terceira tentativa

Vitória da persistência. O brasileiro Lucas Okada, de 18 anos, é o campeão da edição histórica de número 20 da Seletiva de Kart Petrobras, um dos principais torneios de apoio ao kartismo nacional e que distribui a maior premiação da modalidade no país desde 1999. A conquista veio de forma emocionante, na segunda bateria da final, realizada na terça-feira (23) no kartódromo da Granja Viana, em Cotia (SP).

Depois de ser vice-campeão em 2016 e 17, Okada finalmente pode comemorar o título ao vencer a última corrida e somar o total de 40 pontos. **Página 8**

Enzo Fittipaldi disputa título contra italiano e britânico

A etapa decisiva da F-4 Italiana será realizada neste final de semana em Mugello, com três postulantes ao título: o brasileiro Enzo Fittipaldi, que lidera a pontuação contando os descartes obrigatórios, o italiano Leonardo Lorandi, que é o vice-líder com um ponto a menos (243 a 242), e o britânico Olli Caldwell, terceiro no campeonato. **Página 8**



Enzo Fittipaldi

Vôlei Osasco-Audax inicia semifinal do Campeonato Paulista hoje



Mari Paraíba ataca na entrada de rede

Em busca do heptacampeonato, o Vôlei Osasco-Audax inicia a semifinal do Campeonato Paulista 2018 contra o Hinode Barueri nesta quinta-feira (25). O jogo será no ginásio José Correa, casa do adversário, e começa às 19h, com transmissão do Sport 2. Camilla Brait, Walewska, Claudinha, Mari Paraíba e cia. buscam a vitória para sair na frente e garantir a vaga na decisão na partida no José Liberatti, que deve receber lotação máxima para o segundo duelo entre os times, no sábado (27), a partir das 21h45, também com exibição do Sport 2. A outra série será entre Sesi Bauri e Pinheiros, no mes-

mo período. O Vôlei Osasco vem de vitória sobre Barueri, Marcou 3 sets a 0 na última rodada da fase de classificação, no dia 12 deste mês, no José Liberatti lotado, com mais de três mil pessoas. O resultado garantiu o segundo lugar e a vantagem de decidir a vaga para a final em casa. Com os três pontos conquistados, o time comandado por Luizom ultrapassou o Hinode na classificação geral em dois pontos (10 a 8). Antes do início da última rodada da primeira fase, a equipe osasquense estava um ponto atrás do adversário, que caiu para a terceira posição. **Página 8**

Nova ferramenta garante mais segurança às mulheres vítimas de violência doméstica

Página 2

Mais de 2 milhões de estudantes ainda não sabem onde farão o Enem

Cerca de 2,1 milhões de estudantes inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ainda não sabem onde farão as provas, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O exame será nos dias 4 e 11 de novembro. A recomendação é que os estudantes consultem o local de prova o quanto

antes e façam, com antecedência, o trajeto até o local.

Os locais de prova estão no cartão de confirmação da inscrição, que está disponível desde segunda-feira (22) e pode ser acessado pela Página do Participante ou pelo aplicativo do Enem 2018, disponível para download na App Store e no Google Play. **Página 5**

Dólar tem alta pelo segundo dia consecutivo e encerra cotado a R\$ 3,74

Página 5

Disponibilizado diversos serviços para mulheres que sofrem violência

CESAR NETO



MÍDIAS

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna (diária) de política desde 1993. Imprensa: "O Dia" (3º mais antigo jornal diário em São Paulo - SP). Na Internet, www.cesarneto.com desde 1996 foi pioneira no Brasil. Twitter @cesarnetoreal

CÂMARA (SP)

Tudo parado até retomadas negociações que passarão pelo crivo do prefeito Bruno (PSDB), mas também pelo governador eleito. Se der o ex-prefeito Doria (PSDB), Tuma (PSDB) vai presidir a Casa. Se der reeleição de França (PSB), nem Deus sabe o que rolar pela via do Camilinho (PSB).

ASSEMBLEIA (SP)

Deputado federal (SP) Major Olímpio, eleito com mais de 9 milhões de votos ao Senado, a pode ter que encerrar a disputa pelo governo paulista em 2022, por conta inclusive do aumento das bases estaduais do PSL, que até lá já será uma das maiores legendas do Brasil.

CONGRESSO

Deputado federal reeleito com quase 2 milhões de votos, Eduardo (filho do candidato à Presidência Bolsonaro) pode ter que encerrar a disputa pela prefeitura paulistana em 2020, por conta inclusive do aumento das bases municipais do PSL nas Capitais dos Estados.

PARTIDOS

Tanto o PT (ainda do Lula - condenado e encarcerado na Polícia Federal), como o PSDB (do novamente perdedor Alckmin; do "rebaixado" Aécio e do perístico FHC que se gaba de ter sido o único Presidente eleito em 1º turno, vencendo Lula em 1994 / 98) saem muito menores ...

POLÍTICOS

... Uma coisa "já é" nesta eleição Tanto o PT (ainda do dono PT, a maior "vítima" dos modus-operandi nos governos Lula-Dilma (que levaram Lula a ser condenado e encarcerado na PF e Dilma a ser cassada e agora perder feio a eleição ao Senado por Minas) é justamente ...

NO

... o candidato do Lula, o ex-prefeito paulistano Haddad. Não é fácil ter que passar o tempo todo pedindo "desculpas" meia boca e prometendo que "tudo será diferente", o que pela lógica confirma os atos criminosos continuados naqueles governos, com discursos "democráticos" só no papel ...

BRASIL

... Mesmo com o Bolsonarismo do PSL, não rolará governabilidade sem uma base com "profissas", como é o caso de membros dos partidos que estiveram com Temer (MDB) e Kassab (dono do PSD) que só não será ministro se não quiser. Senão, pode rolar um Collor (PRN) parte 2.

HISTÓRIAS

Nem os jornais, revistas, rádios e televisões que assumiam suas militâncias políticas, a partir ditadura Vargasista (1930 - 1945), passando pelo Lacerdismo do jornalista e tribuno Carlos Lacerda (anos 1960) até os governos militares eram tão descartados como o "jornalismo" atual.

EDITOR

O Jornalista Cesar Neto tornou-se referência na imprensa, via liberdade possível da coluna (diária) de política (há 25 anos). Recebeu a Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e o Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista). Email cesar.neto@mais.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,00
Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

A Prefeitura de São Paulo presta um importante serviço de proteção às mulheres que sofrem violências praticadas por maridos, companheiros ou parentes. Vários equipamentos municipais oferecem atendimento e amparo, de maneira sigilosa e eficaz.

Elas contam com auxílio e atendimentos qualificados nos Centros de Referência Social (CREAS) e Centro de Referência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), mas também podem procurar outros dois tipos de serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

O Centro de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCM) oferece proteção e apoio a mulheres em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. A rede socioassistencial conta com 15 CDCMs que possuem 1.610 vagas para mulheres, proporcionando atendimento social, orientação psicológica e encaminhamento jurídico. Com o funcionamento de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h, o objetivo do serviço é contribuir para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania.

A SMADS também mantém cinco centros de acolhida sigilosa, que oferecem acolhimento para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte, ameaças em razão da violência doméstica e familiar ou que sofreram algum tipo de violência física, sexual, psicológica e/ou moral. Esses serviços contam com 100 vagas. Os endereços não são divulgados. Quem precisar de atendimento deve procurar os CREAS e os CDCMs.

A Coordenação de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, possui 11 equipamentos, sendo quatro CRMs (Centros de Referência da Mulher), cinco CCMs (Centros de Cidadania da Mulher) e uma casa de passagem e uma casa-abrigo, além da Unidade Móvel - ÔniBUS Lilás.

Os Centros de Referência da Mulher (CRM) oferecem orientação por telefone para mulheres que precisam de apoio e agendamento de atendimento, além de funcionarem como um serviço-referência para o acompanhamento da questão da violência de gênero e para a realização dos encaminhamentos necessários a cada problema, orientação, capacitação e formação de grupo de mulheres para o enfrentamento da violência sexual e doméstica e oferecem o encaminhamento para os hospitais da rede municipal para atendimen-

to de violência sexual e doméstica, inclusive nos casos de necessidade de cirurgia plástica reparadora.

CASA DE PASSAGEM CASA-ABRIGO

Endereços dos equipamentos não divulgados, para proteção das mulheres acolhidas. Casa Eliane de Grammont Casa Brasília CRM 25 de Março CRM Maria de Lourdes Rodrigues

Os Centros de Cidadania da Mulher (CCM) são espaços de qualificação e formação em cidadania, nos quais as mulheres de diferentes idades, raças e crenças podem se organizar e defender seus direitos sociais, econômicos e culturais, além de propor e participar de ações e projetos que estimulem a implementação de políticas de igualdade com o objetivo de potencializar, por meio do controle social, os serviços públicos existentes para atender às suas necessidades e de sua comunidade.

CCM PARELHEIROS

Rua Terezinha Prado Oliveira, 119 - Parelheiros Cada equipamento realiza, em média, 100 atendimentos por mês. Vale ressaltar que a Unidade Móvel, por ser itinerante, tem uma dinâmica diferenciada - chegando a atender cerca de 100 mulheres por semana, dependendo da região onde estiver.

Outra política pública oferecida pelo município de São Paulo é o projeto "Guardiã Maria da Penha", criado pelo Decreto Municipal Nº 55.089 em 08 de maio de 2014 com a sanção da Lei Municipal Nº 16.165 de 13 de abril de 2015.

O projeto prevê proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, com medidas protetivas garantidas pela Lei Maria da Penha, por meio da atuação da Guarda Civil Metropolitana. O Ministério Público encaminha os casos cujas medidas protetivas tenham sido deferidas pelos juízes de GCM e à SMPM, que iniciará a atenção a essas mulheres. Os Guardas Civis capacitados realizam visitas periódicas aos lares dessas mulheres de modo a garantir o cumprimento das medidas protetivas. As mulheres atendidas pelo projeto recebem cerca de quatro visitas semanais ou mais, dependendo da gravidade do caso.

O objetivo é combater a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial contra as mulheres, monitorar o cumprimento das normas penais que garantem sua proteção e a responsabilização do agressor, além de proporcionar acolhida humanizada e orientação às ví-

mas quanto aos serviços municipais disponíveis.

O programa teve seu início em junho de 2014 e até o dia 31 de agosto deste ano, foram realizadas 42.211 visitas pela equipe da Guardiã Maria da Penha.

Tem Saída

Na semana em que a Lei Maria da Penha completou 12 anos de atuação, a Prefeitura de São Paulo lançou o Programa Tem Saída, voltado para dar autonomia financeira e empregabilidade à mulher em situação de violência doméstica e familiar. A ação é uma parceria entre a Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo (SMTE), Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, OAB-SP e ONU Mulheres.

A mulher atendida será encaminhada pelo sistema judiciário aos equipamentos de seleção de emprego da SMTE. No local, ela terá atendimento especial e entrevista prioritária às vagas disponibilizadas pelas empresas parceiras do Programa. A estimativa é que 200 mulheres sejam atendidas nos próximos 12 meses com a participação das Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar da capital.

"Um dos maiores problemas enfrentados pelas vítimas é a falta de autonomia financeira, o que leva a mulher a não conseguir deixar o parceiro que a violenta. Muitas vezes, com filhos e sem uma atividade profissional, elas se veem presas a um relacionamento abusivo. O programa chegou para mostrar que existe saída e ela começa pelo emprego", completou Aline Cardoso, secretária municipal de Trabalho e Empreendedorismo, com o lançamento do programa.

Quando solicitar?

Quando a mulher, em situação de violência doméstica e familiar, precisar de auxílio para uma colocação ou realocação no mercado de trabalho.

A vítima em situação de violência doméstica e familiar será atendida pelo Programa Tem Saída a partir do momento em que ingressa com uma denúncia contra o agressor no Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário ou Delegacia na cidade de São Paulo.

Posteriormente, receberá um ofício de encaminhamento do sistema judiciário para comparecer ao Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), da Avenida Rio Branco, 252, Centro, São Paulo. No local, será feito o cadastro e verificação das vagas de emprego, conforme o perfil das candidatas.

É necessário que a candidata apresente o encaminhamento do

sistema judiciário. Para isso, procure o Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça.

Para se candidatar às vagas de emprego é preciso apresentar, além do ofício de encaminhamento acima, RG, CPF e carteira de trabalho. O serviço é gratuito. Mais informações pelo e-mail temsaida@prefeitura.sp.gov.br pelo SP156

O Programa contará, inicialmente, com empresas dos setores de comércio e serviços. As mulheres que não entrarem imediatamente no mercado de trabalho irão compor o Banco de Talentos do Programa para novas entrevistas e serão capacitadas em cursos de entidades parceiras. O encaminhamento começa a partir do momento em que a mulher ingressa com uma denúncia contra o agressor no Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário ou Delegacia.

Até o momento mais de 100 mulheres já foram atendidas e cerca de 60 compareceram ao CATE para participar de processos seletivos. Inclusive, cinco mulheres foram contratadas por empresas parceiras do Programa, as demais estão em processo seletivo.

O perfil é marcado por mulheres desempregadas, com idades entre 17 e 61 anos, sendo a maioria com filhos.

A Lei Maria da Penha define cinco formas de violência doméstica e familiar:

Psicológica: xingar, humilhar, ameaçar, intimidar e ameaçador; criticar continuamente, controlar tudo o que ela faz, debochar publicamente ou usar os filhos para fazer chantagem;

Física: bater e escanear; empurrar, atirar objetos, sacudir, morder ou puxar os cabelos; mullar e torturar; usar arma branca, como faca ou ferretas de trabalho, ou de fogo;

Violência sexual: forçar relações sexuais quando a mulher não quer ou quando estiver dormindo ou sem condições de consentir; fazer a mulher imagens pornográficas quando ela não quer; impedir a mulher de prevenir a gravidez; forçá-la a engravidar ou ainda forçar o aborto quando ela não quer;

Violência

atrimonial: controlar, reter ou tirar dinheiro dela; causar danos de empobrecimento, reter objetos de trabalho, documentos pessoais e outros bens e direitos;

Violência moral: fazer comentários ofensivos na frente de estranhos ou conhecidos; humilhar a mulher publicamente; expor a vida íntima do casal para outras pessoas, inclusive nas redes sociais; acusar publicamente a mulher de cometer crimes e injúrias.

Nova ferramenta garante mais segurança às mulheres vítimas de violência doméstica

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, acompanhado pelo secretário municipal de Segurança Urbana, José Roberto, anunciou na quarta-feira (24) novidades dentro do Guardião Maria da Penha. A principal delas é o lançamento da ferramenta Socorro Imediato dentro do aplicativo SP + Segura. Será mais um serviço à disposição das vítimas de violência doméstica com medidas protetivas deferidas pela justiça e assistidas pela rede municipal.

"É mais um esforço da Prefeitura de São Paulo com seus parceiros para que a gente possa mudar essa realidade. Não adianta a gente fazer política sem mudar a realidade. Parabéns a todos que se dedicaram para que a gente pudesse fazer esse lançamento", destacou o prefeito Bruno Covas.

A mulher com medida protetiva, assistida pelo programa

Guardião Maria da Penha, pode baixar o aplicativo SP + Segura gratuitamente pelos sistemas Android e IOS. Nele, passa a ser habilitado o sistema Socorro Imediato, um "botão de socorro" ligado a uma central da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Em caso de ameaça, a mulher acessa a ferramenta, que envia à GCM a localização da vítima para o envio de uma viatura ao local. O uso do aplicativo é voluntário e todas as mulheres com medida protetiva poderão utilizá-lo.

Outra novidade é a ampliação do atendimento que antes era realizado por 12 agentes e duas viaturas da GCM na região central. O programa contará agora com outros 12 guardas e duas viaturas na zona sul e 6 agentes e uma viatura na zona norte.

Segundo a promotora de justiça Valéria Diez Scarance, esses projetos podem mudar a vida

e a realidade das mulheres. "O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo, mas em São Paulo nós reduzimos a violência em 30%. Aqui nós fazemos a diferença fazendo diferente e o Guardião Maria da Penha é um dos responsáveis", disse.

O projeto pretende prevenir e combater todas as formas de violência, monitorar o cumprimento das medidas protetivas, promover o acolhimento, orientação e encaminhamento das mulheres à rede de proteção. Os CCMs que atuam no projeto são capacitados ao atendimento humanizado e eficiente.

Programa Guardiã Maria da Penha

O Programa, que teve início em 2014, é um dos modelos que servem como referência no atendimento voltado à proteção de mulheres vítimas de violência doméstica, por meio da atu-

ação preventiva e comunitária da Guarda Civil Metropolitana.

A operacionalização do projeto se dá com o acompanhamento da Guarda Civil Metropolitana em visitas domiciliares periódicas, após encaminhamento dos casos com medidas protetivas pelo Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID), Tribunal de Justiça e Defensoria Pública, em consonância com a Coordenadoria de Políticas para Mulheres da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Com essas visitas é possível fiscalizar o cumprimento de medidas protetivas aplicadas e deferidas pelo Poder Judiciário, encaminhamento das mulheres vítimas à rede de atendimento e adoção de ações, no caso do descumprimento da medida. O perfil da mulher vítima de violência é definido pelo poder judiciário.

Arrecadação da Receita Federal cresce 0,26% e chega a R\$ 110,6 bi

A arrecadação das receitas federais somou R\$ 110,664 bilhões em setembro, de acordo com dados divulgados na quarta-feira (24), em Brasília, pela Receita Federal.

Na comparação com setembro de 2017, descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), houve crescimento de 0,26%.

Nos nove meses deste ano, a arrecadação federal acumula R\$ 1,064 trilhão, 6,21% (variação considerada o desconto da inflação pelo IPCA) a mais que o mesmo período de 2017.

Se forem considerados apenas os valores administrados pela Receita Federal (como impostos e contribuições), a arrecadação ficou em R\$ 108,173 bilhões, com redução de 0,39% em setembro. No acumulado do ano até o mês passado, a soma dos valores administrados pela Receita atingiu R\$ 1,023 trilhão, com crescimento real de 5,02%.

No caso das receitas administradas por outros órgãos (principalmente royalties do petróleo), houve crescimento de 39,79% em setembro (R\$ 2,490 bilhões) e de 48,6% no acumulado do ano até o mês passado

(R\$ 40,897 bilhões).

O chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias, avaliou que o crescimento da arrecadação segue o ritmo de retomada da atividade econômica. Ele citou que a economia não está normal este ano, afetada pela crise no comércio internacional, eleições no Brasil, decisões sobre investimentos e a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país em maio.

Destacou também ações de cobrança da Receita para aumentar a arrecadação, "com energia

centrada" nos contribuintes que fizeram adesão ao parcelamento de débitos, grandes contribuintes e "aqueles com desvio de conduta".

Malaquias citou os depósitos judiciais como sinal de maior cobrança da Receita aos grandes contribuintes. De janeiro a setembro deste ano, os depósitos judiciais, de R\$ 5,9 bilhões, quase dobraram em relação ao mesmo período de 2017, de R\$ 3,008 bilhões. "Sinalizam o esforço da administração tributária no acompanhamento desses contribuintes", disse. (Agência Brasil)

União pagou R\$ 449,12 milhões em dívidas atrasadas de estados

O Tesouro Nacional pagou, em setembro, R\$ 449,12 milhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 338,42 milhões, é relativa a atrasos de pagamento do estado do Rio de Janeiro. Também foram pagos R\$ 71,47 milhões do Piauí; R\$ 33,59 milhões de Goiás e R\$ 5,64 milhões de Roraima.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honoradas pela União em Operações de Crédito, divulgado na quarta-feira (24) pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Em 2018, a União já quitou R\$ 3,274 bilhões de dívidas em atrasos de entes subnacionais. Desse total, R\$ 2,513 bi-

lhões cabem ao estado do Rio; R\$ 553,15 milhões a Minas Gerais; R\$ 126,95 milhões ao Piauí; R\$ 36,05 milhões a Roraima; R\$ 33,59 milhões a Goiás e R\$ 10,94 milhões à Prefeitura de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Como garantidora de operações de crédito de entes subnacionais, a União, representada pelo Tesouro Nacional, é comunicada pelos credores de que o estado ou o município não realizou a quitação de determinada parcela do contrato. Caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo estipulado, a União paga os valores.

Em 2016 e 2017, o Tesouro pagou, respectivamente, R\$

2,377 bilhões e R\$ 4,059 bilhões em dívidas de estados e municípios.

As garantias honoradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados - como receitas dos fundos de participação, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Ao longo do ano passado, no entanto, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a execução das contrapar-

tias do estado do Rio de Janeiro, que chegou a atrasar salários dos servidores e pagamentos a fornecedores. Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao pacote de recuperação fiscal, no fim do ano passado, o estado pode contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente.

Já o estado de Minas Gerais está impedido de contrair financiamentos garantidos pelo Tesouro até 8 de agosto de 2019; Goiás e Roraima até 11 de setembro do ano que vem; Piauí até 13 de setembro de 2019; e a prefeitura de Natal até 23 de maio de 2019. (Agência Brasil)

Maggi defende valorização dos agricultores na produção de cacau

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, disse na quarta-feira (24), em São Paulo, após participar de encontro promovido pela World Cocoa Foundation, que a pasta vem fazendo "grande esforço" para que o Brasil volte a liderar a produção mundial de cacau.

"É um setor que começa a despertar o interesse econômico. Mas ninguém vai produzir cacau porque acha bonito. Tem que produzir para ganhar dinheiro. Todo mundo lá no campo tem que ser remunerado e quem é do topo dessa cadeia e não percebe isso, vai matar seu maior parceiro, que é o produtor rural, e não vai ter futuro", afirmou.

A produção brasileira de cacau alcança, atualmente, 180 mil toneladas ao ano, menos da metade da produção no final da década de 1980, quando o país ocupava a primeira colocação no ranking mundial, com 400 mil toneladas.

Durante a palestra, o ministro estimou aumento de 50% na produção brasileira do produto nos próximos cinco anos, passando a 300 mil toneladas anuais. Para os próximos 10 anos, o ministro prevê um crescimento de 100%.

Na tentativa de resgatar uma posição de liderança, o ministro incorporou a Comissão Executiva de Planejamento da Lavouira Cacauera (Ceplac), a fim

de recuperar as ações que estavam abandonadas. A meta consta no plano de expansão Sustentável da Produção, informou. Na Amazônia, o fruto tem apresentado crescimento médio de 10 mil hectares por ano em sistemas agroflorestais, disse.

Para voltar a fazer parte ativa da Organização Internacional do Cacau (ICCO), de acordo com o ministro, é preciso realinhar políticas públicas e de gestão como a oferta de assistência técnica pelos governos estaduais. "Deixamos de contribuir com entidades que o Brasil fazia parte e estamos colocar isso novamente para fazer com que o país tenha voz de voto."

"Houve um desmantelamen-

to dessa cadeia como um todo e perdeu-se também a questão da assistência técnica. Mas, agora, constatado o problema, refazendo as questões, esperamos que as mudanças de governo não venham atrapalhar programas muito importante que temos", disse, em relação a sua expectativa quanto ao sucessor no cargo.

Blairo Maggi disse esperar que o novo governo mantenha ações em andamento, dando suporte aos produtores rurais e desenvolvendo um programa de desburocratização. Ele defendeu menos interferência do estado, regras claras e ações que permitam agilizar as etapas de escoamento da safra de forma a reduzir os custos de produção. (Agência Brasil)

A dois meses do fim do prazo, 1,85 mi trabalhadores não sacaram abono

O Ministério do Trabalho revelou na quarta-feira (24) que 1,85 milhão de trabalhadores que recebem até dois salários mínimos ainda não sacaram o abono salarial de 2016. Os beneficiários ainda não resgataram R\$ 1,36 bilhão.

O prazo para o saque originalmente acabaria em 29 de junho, mas o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) prorrogou a

data para 28 de dezembro. Quem não retirar o dinheiro perderá o benefício.

Segundo o Ministério do Trabalho, 7,35% dos trabalhadores ainda não retiraram o abono salarial de 2016. Tem direito ao abono salarial ano-base 2016 quem estava inscrito no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) há pelo

menos cinco anos, trabalhou com carteira assinada pelo menos 30 dias em 2016, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos.

O trabalhador também precisa ter os dados informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) para receber o abono salarial. O montante destinado a cada trabalhador depende do tempo de trabalho formal

em 2016. O valor começa em 1/12 do salário mínimo para quem trabalhou por apenas 30 dias, aumentando a cada mês trabalhado até atingir, em 12 meses, o salário mínimo cheio (R\$ 954).

O abono salarial fica pelo menos dois anos disponível para saque. Depois desse prazo, o dinheiro retorna ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e o empregado perde direito ao benefício. (Agência Brasil)

Usina de Angra 1 será desligada para reabastecimento neste sábado

A usina nuclear de Angra 1 será desconectada do Sistema Interligado Nacional (SIN) à 0h do dia 27 para reabastecimento de combustível, informou na quarta-feira (24) a Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras responsável pelas usinas nucleares no país. Trata-se de uma parada programada, em comum acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), prevista para durar 37 dias.

As paradas de reabastecimento ocorrem, aproximadamente, a cada 12 meses e são programadas com pelo menos um ano de antecedência, levando-se em consideração a duração do combustível nuclear e as necessidades do sistema elétrico brasileiro.

De acordo com a assessoria, durante a parada, cerca de um terço do combustível nuclear da usina será recarregado. Também

serão feitas atividades de inspeção e manutenção periódicas, além de modificações de projeto, que precisam ser feitas com a unidade desligada.

"No total, 3.755 tarefas foram programadas para o período. Para executá-las, foram contratadas firmas nacionais e internacionais, que irão disponibilizar 1.177 profissionais, sendo 85 estrangeiros, para atuar em conjunto com os técnicos da

Eletronuclear", informou a assessoria.

Além do reabastecimento, também serão feitas inspeções com levantamento de dados visando à extensão da vida útil de Angra 1. A assessoria informou que durante o período, o ONS despachará a energia de outras usinas do sistema interligado de forma a garantir um abastecimento seguro de energia elétrica para o país. (Agência Brasil)

Confiança do consumidor cresce 4 pontos de setembro para outubro

O Índice de Confiança do Consumidor, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cresceu 4 pontos de setembro para outubro.

Com a alta, o indicador chegou a 86,1 pontos, em uma escala de zero a 200, um patamar ainda baixo em termos históricos.

A alta foi provocada pelo aumento da confiança em relação ao futuro, medida pelo Índice de Expectativas, que avançou 6,1 pontos e chegou a 99 (o patamar mais alto desde abril deste ano). Já a confiança no momen-

to presente teve queda. O Índice de Situação Atual recuou 0,4 ponto e chegou a 71,9 pontos.

Segundo a coordenadora da Sondagem do Consumidor da FGV, Viviane Seda, o resultado mostra que o consumidor está esperançoso e otimista em relação aos próximos meses, mesmo sem ainda ter um resultado das urnas.

"O fim do período eleitoral diminui a incerteza política e gera expectativa de mudanças na condução da política econômica para o início do novo governo", disse a pesquisadora. (Agência Brasil)

Fazenda paulista investiga 187 empresas suspeitas de sonegação fiscal

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo notificou na terça-feira (23) 187 contribuintes paulistas em 39 municípios, por suspeita de sonegação fiscal de ICMS, que pode chegar a R\$ 815 milhões. A ação faz parte da Operação 4X4, que continua agora com a análise dos documentos fornecidos pelos contribuintes que receberam as notificações dos fiscais.

Segundo a Secretaria da Fazenda, o trabalho de monitoramento verificou que as empresas alvo da operação estariam utilizando indevidamente a alíquota interestadual reduzida de 4%, enquanto o correto seria a aplicação de uma alíquota de 7% ou 12%, de acordo com o estado de destino da mercadoria. As empresas movimentaram R\$ 37

bilhões desde 2016.

"A alíquota interestadual de 4% foi estabelecida após a promulgação da Resolução do Senado Federal nº 13/2012 e deve ser aplicada, regra geral, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior com conteúdo de importação superior a 40%. No entanto, esta alíquota reduzida não deve ser utilizada nos casos em que as mercadorias comercializadas não tenham similar nacional e estejam em lista definida pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex)", explicou a secretaria.

Caso as suspeitas sejam confirmadas, os valores devidos serão cobrados por meio da lavratura de autos de infração. (Agência Brasil)

Plataforma no pré-sal da Bacia de Santos inicia produção

A Petrobras iniciou na noite de terça-feira (23) a produção de petróleo e gás natural a partir do navio-plataforma P-69, a oitava unidade instalada no Campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos.

Unidade do tipo FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás), a P-69 tem capacidade para produzir até 150 mil barris por dia de óleo e comprimir até 6 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. Localizada a aproximadamente 290 km da costa do estado do Rio de Janeiro, em profundidade de 2.150 metros, a P-

69 produzirá a partir de oito poços produtores, tendo também sete poços injetores.

A construção do casco da P-69 foi finalizada no estaleiro Cosco, na cidade chinesa de Zhoushan. A integração dos módulos e o comissionamento final da unidade foram feitos no estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

A unidade faz parte do Consórcio BM-S-11, que tem a Petrobras como operadora, com 65% de participação; a BG E&P Brasil, subsidiária da empresa Royal Dutch Shell Plc, com 25% e a Petrogal Brasil, com 10%. (Agência Brasil)

Aneel concede anuência prévia para grupo assumir a Boa Vista Energia

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concedeu anuência prévia para o grupo Oliveira Energia assumir o controle da distribuidora de eletricidade da Eletrobras Boa Vista Energia, de Roraima. O despacho foi publicado na quarta-feira (24) no Diário Oficial da União.

A Boa Vista foi desestatizada juntamente com a Companhia de Eletricidade do Acre (Eletoacre) e a Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron). As três distribuidoras da Eletrobras foram vendidas em leilão realizado em 30 de agosto.

A empresa foi a única a oferecer um lance na empresa, durante o leilão de privatização. O

grupo ofereceu um Índice Combinado de Deságio na Flexibilização Tarifária e Outorga igual a zero, ou seja, sem desconto tarifário ou pagamento de outorga à União para a obtenção de uma nova concessão para a distribuidora.

O prazo para a transferência do controle societário é de até 120 dias a contar da data de publicação do despacho.

A Aneel já concedeu anuência prévia a todas as outras operações de transferência de controle de distribuidoras de energia do grupo Eletrobras: Companhia Energética do Piauí (CEPisa), que já assinou o contrato de concessão; Ceron e Eletroacre. (Agência Brasil)

Eleitor que não votou no primeiro turno deve ir às urnas no domingo

Entregar 20 obras e ações até o fim do ano é desafio para o governo

A pouco mais de 60 dias para o fim do ano, o governo federal apresentou na quarta-feira (24) o programa Desafio Chave de Ouro, com o objetivo de acelerar a execução de obras e ações, a fim de que sejam entregues à população ou empreendidas ainda em neste ano. O programa contempla 20 ações distribuídas em todas as regiões do país.

"São obras e iniciativas que, se não houvesse um esforço extra, não seriam realizados ou não conseguiríamos disponibilizar para a população ainda no governo Temer. É uma conclusão [de governo] com chave de ouro. É um desafio que o governo está fazendo a si próprio", disse o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, que coordenou o programa.

O orçamento total é de cerca de R\$ 1 bilhão. De acordo com o ministro, os recursos para o programa foram remanejados de outras obras e ações. Os recursos não seriam utilizados este ano e ficariam como restos a pagar. "Mas nem uma obra está tendo seu ritmo reduzido em função desse remanejamento", ressaltou.

Marun explicou que o programa é um desafio, pois não depende apenas do governo federal. Segundo ele, duas das ações dependem da aprovação de Projeto de Lei de Crédito Especial já em tramitação no Congresso Nacional. Uma delas é a modernização do Porto de Vitória, no Espírito Santo, e outra é a inauguração do Laboratório Acelerador de Elétrons Sirtis, em Campinas, São Paulo, que tem previsão de inauguração em 15 de novembro.

"Já criamos a fonte de recursos e já enviamos a solicitação de remanejamento de recursos. Temos a convicção de que não teremos dificuldade de aprovar em função dos benefícios que essas obras trarão para a população", disse.

As obras e ações escolhidas para participar do programa não seriam entregues esse ano. De acordo com Marun, os empreendimentos abrangem iniciativas em todas as áreas de atuação do governo federal. A abrangência e a relevância das obras para a população também foram critérios para escolher aquelas que fazem parte do programa.

"Um governo não pode se dar o luxo de parar antes do tempo. Até 31 de dezembro, vamos trabalhar para que a população seja beneficiada. Trabalhar nunca foi

sinial de desespero", afirmou Marun, referindo-se ao curto prazo para a entrega das obras e ações.

Saúde
Ao final da reunião, o ministro da Saúde, Gilberto Occhi, informou que alguns decretos presidenciais serão publicados com o objetivo de dar utilidade a obras de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) que, apesar de suas estruturas terem sido concluídas, ainda não estão funcionando por falta de recursos de prefeituras, a quem cabe pagar parte do custeio.

O governo federal entra com 100% do custo de construção dessas unidades e com 50% do custeio dessa máquina de saúde. Isso fez com que vários prefeitos não colcassem em funcionamento obras do governo federal já prontas.

"As UPAs são um ambiente de saúde que obrigatoriamente tem de funcionar 24 horas por dia com uma equipe mais robusta de atendimento. O problema é que, há dois anos, tivemos a transição de prefeitos, e muitos dos que pleitearam essas construções passaram a não inaugurar as obras por conta do compromisso financeiro do custeio dessas unidades", disse Occhi.

Com o decreto, será possível transformar um empreendimento dessa natureza em outra obra na mesma área, como Unidades Básicas de Saúde, postos de vacinação, centros de apoio psicossocial ou centros de reabilitação, acrescentou.

Transição

Perguntado sobre como atuaria na equipe de transição para o próximo governo, Marun disse que participará apenas do que diz respeito à sua área e que não fez nenhum contato com a equipe ou com os candidatos que concorrem ao segundo turno, Jair Bolsonaro, do PSL, e Fernando Haddad, do PT.

"Eu participo da conclusão do nosso governo. Tanto das ações que temos de desenvolver no Parlamento, especialmente duas medidas provisórias (MPs): uma, a da Rota 2030, e a outra, do marco do saneamento."

O objetivo da MP da Rota 2030 é modernizar o setor automotivo, de forma a incentivar a produção de veículos com melhor qualidade, segurança, tecnologia e eficiência energética. (Agência Brasil)

Para a Justiça Eleitoral, cada turno de votação é considerado uma nova eleição e, por isso, o eleitor que não votou no primeiro turno deverá votar no segundo turno, no próximo domingo (28), desde que esteja em situação regular com a Justiça Eleitoral. Mesmo não tendo justificado sua ausência no primeiro turno, ele não está impedido de votar no segundo, porque têm até 60 dias para fazê-lo.

Além da escolha do próximo presidente da República, no dia 28, os eleitores vão definir o nome de governadores de 13 estados e do Distrito Federal e prefeitos de 19 cidades. Neste último caso, são as chamadas eleições suplementares, previstas no Código Eleitoral em casos específicos, geralmente quando há condenação eleitoral ou criminal, abuso de poder político, compra de votos, cassação de mandato, entre outros casos, por parte dos políticos.

Assim como no primeiro turno, quem não comparecer para votar neste domingo é obrigado a justificar sua ausência.

Onde justificar?
Eleitores em trânsito poderão justificar a ausência nas urnas em aeroportos. A lista poderá ser alterada com menos ou mais postos, de acordo com decisão dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) de cada estado. Para justificar o voto o

deve levar um documento oficial com foto, o título de eleitor ou o número do documento.

O formulário de justificativa eleitoral preenchido deve ser entregue no local destinado ao recebimento das justificativas na zona eleitoral. Caso não tenha o formulário em mãos, o eleitor pode retirar e preencher no local.

A justificativa também pode ser feita por meio de um Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE), que deve ser entregue pessoalmente em qualquer cartório eleitoral ou ser enviado, por via postal, ao juiz da zona eleitoral onde o eleitor está inscrito. Os endereços dos cartórios eleitorais podem ser obtidos no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O prazo para envio é de 60 dias após cada turno da votação. ARJE deve ser acompanhada de documentação comprobatória da impossibilidade de comparecimento ao pleito.

A ausência também pode ser justificada por meio do Sistema Justifica. A ferramenta permite a apresentação do RJE, pela internet, após a eleição. Ao acessar o sistema, o eleitor deve informar os dados pessoais, declarar o motivo da ausência às urnas e anexar documentação comprobatória digitalizada. O requerimento será encaminhado para a zona eleitoral do eleitor, onde o eleitor está inscrito. O processo. (Agência Brasil)

PF abre inquérito sobre vídeo com ataques a ministros do TSE e STF

A Polícia Federal (PF) instaurou inquérito para investigar um vídeo no YouTube no qual o coronel da reserva do Exército Carlos Alves refere-se a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, como "salafarista e corrupta", além de criticar e fazer ameaças a outros ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A abertura do inquérito foi confirmada pelo ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, nesta quarta-feira (24). Além da investigação sobre o coronel, foram abertos mais três inquéritos para apurar ameaças a Rosa Weber.

"Ontem mesmo determinei instauração de inquérito para apurar essas agressões de que ela foi vítima, sabemos de quem se trata e onde se encontra", disse Jungmann, após cerimônia para repasse de recursos do governo ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na terça-feira (23), os ministros da Segunda Turma do STF aprovaram um ofício para que o coronel fosse investigado, a ser encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR), que se adiantou e solicitou a abertura do inquérito pela PF.

Em resposta ao vídeo, o ministro Celso de Mello, o mais antigo do STF, prestou solidariedade a Rosa Weber e aos ministros Rivaldo Lewandowski, Dias Toffoli e Luiz Fux, que também foram citados. Na abertura da sessão da Segunda Turma, ele afirmou que seus pares foram alvo de "ataques imundos e sórdidos".

"O primarismo vociferante

deve ofender a honra alheia fez-me lembrar daqueles personagens patéticos que, privados da capacidade de pensar com inteligência, optam por manifestar ódio visceral e demonstram intolerância radical contra os que consideram seus inimigos. Todo esse quadro imundo que resulta do vídeo, que, longe de traduzir expressão legítima da liberdade de palavras, constitui verdadeiro corpo de delito comprobatório da infração perpetrada pelo autor", afirmou Celso de Mello.

No vídeo de 29 minutos, o coronel Carlos Alves faz várias ameaças ao TSE, caso o tribunal leve adiante uma ação que possa resultar na cassação do candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro.

Jornal aciona TSE e pede que PF investigue ameaças a profissionais

O jornal *Folha de S. Paulo* informou na quarta-feira (24) que entrou com representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicitando que a Polícia Federal (PF) investigue ameaças a profissionais do veículo. Após a publicação de reportagens investigativas sobre a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL), a autora da matéria, jornalista Patrícia Campos Mello, recebeu centenas de ameaças e ofensas sobretudo via redes sociais. Outros dois jornalistas que participaram da apuração da reportagem também vêm sofrendo ameaças, acrescentou o jornal em comunicado. O diretor do Instituto Datafolha, Mauro Paulino, foi alvo de ameaças por redes sociais e em sua casa.

A *Folha* disse ter identificado uma "ação orquestrada contra a liberdade de expressão". Segundo o jornal, as ameaças se alastraram por grupos de apoio ao presidencialismo do PSL no WhatsApp.

No dia 19 de outubro, a *Folha* publicou reportagem denunciando um esquema de compra de envio de mensagens em massa no aplicativo WhatsApp que seria bancado por empresários favoráveis a Bolsonaro. Os contratos chegaram até R\$ 12 milhões. Bolsonaro e executivos

citados na reportagem negaram qualquer envolvimento.

A compra de mensagens pró-Bolsonaro no aplicativo de celular motivou ações junto ao TSE, que investiga o caso com apoio da Polícia Federal (PF). Por causa da abertura dessas investigações, a presidente do TSE, ministra Rosa Weber, e outros ministros foram ameaçados e xingados em vídeo divulgado nas redes sociais. O autor do vídeo, coronel da reserva Carlos Alves, já é alvo de inquérito da PF, aberto a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), após receber solicitação do próprio Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministério do Exército também condenou as declarações do coronel da reserva e afirmou que ele não representa as posições da Força, além de informar que sua conduta já é alvo de apuração na esfera militar.

Perseguição a jornalistas
A autora da reportagem sobre o disparo em massa de mensagens pró-Bolsonaro, Patrícia Campos Mello, passou a receber ameaças de partidários do presidencialismo do PSL, segundo relatou a *Folha de S. Paulo*. Em redes sociais, ela foi xingada e acusada de que a reportagem teria sido "comprada pelo PT".

Repercussão
A Federação Nacional dos

Journalistas e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo emitiram nota na semana passada em que condenaram os ataques a Patrícia Campos Mello e a profissionais do jornal. "Avesos ao debate e à crítica pública, essenciais numa sociedade democrática, os agressores querem sufocar a liberdade de imprensa e calar qualquer voz que levante questionamentos dirigidos a seu candidato. É a própria democracia que está sendo atingida quando a repórter é atacada", diz o texto.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo também se manifestou em favor da profissional, reconhecida pela sua experiência e contribuição para a imprensa brasileira. "Retaliar jornalistas em função de sua atividade profissional não atinge apenas o jornalista em questão, mas também a sociedade como um todo, inclusive aqueles que praticam os ataques", pontua a associação.

No início do mês, a Abraj divulgou levantamento em que identificou pelo menos 130 agressões a profissionais de imprensa cobrindo eleições. Foram 75 ataques por meios digitais, como redes sociais, e 62 físicos. (Agência Brasil)

PF faz operação para investigar ameaças a candidatos presidenciais

Doze pessoas que compartilharam fotos ou vídeos do momento em que votavam em um primeiro turno das eleições gerais, realizadas no último dia 7, ou que fizeram ameaças contra candidatos à Presidência da República tornaram-se alvo da Operação Olhos de Águia, deflagrada na quarta-feira (24), pela Polícia Federal (PF).

Identificados graças a técnicas que permitem a análise e a comparação de características corporais, tais como cicatrizes, manchas e proporções físicas, os suspeitos são investigados por violação do sigilo do voto e incitação à prática de crimes.

"Começaram a surgir, na internet, ameaças a candidatos ou

a eleitores. Isso é crime e as pessoas não podem se ludibriar, elas estão anônimas. Hoje, a PF foi cumprir mandados de busca e apreensão nas casas de algumas pessoas investigadas", disse Coca, explicando que a corporação não revelaria os nomes dos suspeitos para

preservar a integridade física dos mesmos.

Denúncias anônimas e o monitoramento de ambientes virtuais levaram os policiais federais a chegarem a alguns dos suspeitos de usar a internet para ameaçar candidatos presidenciais de divulgar fotos ou vídeos do instante em que votavam. Na residência dos investigados foram apreendidos principalmente aparelhos de telefone celular, nos quais os investigadores esperam encontrar provas dos delitos.

De acordo com o delegado federal, os suspeitos agiam individualmente. Até o momento, não foram identificados quaisquer vínculos entre eles, nem indícios de que tenham agido

junto com outras pessoas. Ainda assim, o delegado não descartou a hipótese de ampliação de investigações a partir da análise do material apreendido.

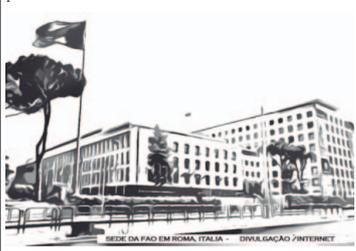
Quatro mandados de busca e apreensão foram cumpridos e nove Termos Circunstanciados de Ocorrência registrados em nove cidades de seis estados: Minas Gerais; Pará; Pernambuco; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul e São Paulo. Os termos circunstanciados são registrados pelo delegado responsável pela ocorrência, em caso de crimes de menor potencial ofensivo, ou seja, infrações de menor relevância, cujos autores sejam intimados a prestar depoimento e liberados em seguida. (Agência Brasil)



tudo agora
por Maurício Picazo Galhardo

Brasil recebe prêmio internacional de agricultura familiar

Como reconhecimento à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), o Brasil recebeu o Prêmio Prata de Políticas para o Futuro de 2018, concedido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Na terça-feira (23), o presidente da República, Michel Temer, recebeu a premiação das mãos do ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame. Entregue em Roma ao governo brasileiro, a premiação celebra as experiências bem-sucedidas de sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis. Ao todo, oito iniciativas estavam na disputa. Com sede na Alemanha, o Fórum Internacional de Políticas para o Futuro avalia, a cada ano, as políticas e iniciativas que merecem ser premiadas. Esse ano, o tema do prêmio foi agricultura sustentável e orgânica. As informações são do portal Planalto.



Supremo autoriza cobrança de mensalidade em colégios militares

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira (24) a favor da cobrança de mensalidade nos 13 colégios militares do país. As escolas fazem parte do sistema de ensino militar, gerido pelo Exército.

A constitucionalidade da cobrança foi confirmada no julgamento no qual a Corte julgou improcedente a ação da Procuradoria-Geral da República (PGR). Em 2013, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu o fim da cobrança por entender que os colégios militares fazem parte do sistema de ensino público, fato que impediria a cobrança de qualquer valor, devendo ser ofertado de forma gratuita.

A cobrança de contribuições nos colégios militares está prevista na Lei Federal nº 9.786/99 e na Portaria nº 12/08, do Comando do Exército.

No julgamento, prevaleceu o



Foto: Elica/Arquivo/ABR

Colégio Militar

voto do relator, ministro Edson Fachin. Segundo Fachin, as escolas do sistema educacional do Exército fazem parte de uma modalidade diferente do ensino público. Dessa forma, as contribuições podem ser cobradas dos alunos, conforme previu a lei. "Fundamenta-se esse juízo com base na constatação da peculiaridade dessas organizações militares, que se voltam à formação de quadros ao Exército brasileiro. Secundando

esse critério pelo fato de o ensino básico obrigatório e gratuito remanesecer disponível a toda a população brasileira de forma gratuita para o estudante", afirmou o ministro. Seguiram o relator na votação, os ministros Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e o presidente, Dias Toffoli.

De acordo com a Advocacia

Geral da União (AGU), que defendeu a cobrança no Supremo, as mensalidades custam cerca de R\$ 226 para alunos que cursam o ensino fundamental e R\$ 251 para o ensino médio.

Durante o julgamento, a ministra da AGU, Grace Mendonça, defendeu a cobrança por entender que a medida é uma forma de transferência financeira do sistema de ensino do Exército. Grace lembrou que a lei diferenciou as escolas militares, com objetivo de ofertar ensino de qualidade aos filhos dos militares, que estão constantemente mudando de cidade em razão de transferências determinadas pelas Forças Armadas.

"A gratuidade plena geraria a precarização de todo o sistema, mas também colocaria em risco a própria permanência das instituições, que são, como nós sabemos, instituições seculares", disse a ministra. (Agência Brasil)

Dólar tem alta pelo segundo dia consecutivo e encerra cotado a R\$ 3,74

O dólar fechou em alta pelo segundo dia consecutivo, com valorização de 1,24% cotado a R\$ 3,7422 por venda. A moeda norte-americana também encerrou a terça-feira, em alta (+0,26%), apesar de registrar uma queda acumulada 8,06% até a última sexta-feira (19).

O índice B3, da Bolsa de

Valores de São Paulo (Bovespa), encerrou o pregão em queda de 2,62%, com 83.063 ações. As ações das principais companhias acompanharam a tendência, com Petróbras registrando queda de 1,98%. Vale com desvalorização de 4,09%, Ambev perdendo 4,45% e Bradesco com menos 2,40%. (Agência Brasil)

Govto transfere R\$ 20 mi ao CNJ para medidas alternativas à prisão

O governo federal formalizou na quarta-feira (24) a transferência de R\$ 20 milhões do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para ações que visem reduzir a superlotação no sistema carcerário, entre elas a aplicação de penas alternativas à prisão e o monitoramento eletrônico de pessoas.

O termo de execução da despesa foi assinado em cerimônia no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente da Corte e também do CNJ, ministro Dias Toffoli, e pelo ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann.

"Faremos, em cada uma das 27 unidades da federação, diagnósticos locais relacionados à aplicação e execução das medidas alternativas à prisão, criando condições para que os serviços de acompanhamento de pessoas que cumprem penas e medidas em liberdade sejam implantados, existam e funcionem adequadamente, onde não existem", disse Toffoli.

O gasto deverá resultar em economia futura aos cofres públicos, avaliou Jungmann, uma vez que o custo de manter uma pes-

soa presa em regime fechado é de R\$ 3 mil, em média, enquanto que alternativas como o monitoramento por tornozeleira eletrônica custam, em média, R\$ 600.

Para Jungmann, manter autores de pequenos delitos fora de prisões superlotadas contribuirá para enriquecer facções criminosas que dominam o sistema penitenciário. Para isso, é preciso dar recursos para que juizes possam modificar uma cultura de encarceramento e passem a aplicar cada vez mais medidas alternativas à prisão.

"Isso depende muito de uma cultura da magistratura, dos juizes, porque se cada magistrado continuar enviado ao regime fechado de pequeno delicto, jogar dentro do sistema, e não determinar o uso de uma tornozeleira [eletrônica] ou um regime semiliberdade, não vai adiantar nada nosso esforço", disse Jungmann.

O termo prevê que a maior parte dos recursos, R\$ 17 milhões, sejam destinados para com as agências dos estados, responsáveis pela aplicação e monitoramento de medidas alternativas à prisão. (Agência Brasil)

Cai liminar que protegia geradores de energia do risco hidrológico

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, acatou pedido da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e suspendeu liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que protegia alguns geradores de energia dos efeitos do risco hidrológico na liquidação do mercado de curto prazo.

A decisão vale até o julgamento do mérito da ação que trata do ajuste no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) em relação aos filiados à Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).

No pedido de suspensão, a

Aneel alegou que a permanência da decisão do TRF1 tiraria de circulação dinheiro que já deveria ter sido distribuído para os geradores de energia na proporção de sua produção. A agência argumentou que a manutenção da liminar implicaria aos demais agentes do mercado de geração de energia prejuízo de até R\$ 3,8 bilhões.

"É inequívoco o grande impacto financeiro da medida no setor de comercialização de energia elétrica, sendo evidente o risco à economia pública e, consequentemente, à própria coletividade", afirmou Noronha.

Ao deferir o pedido da Aneel, o ministro disse que não caberia ao Judiciário interferir em

critérios técnicos da Aneel para a regulação do setor. "É certo que tais questões sujeitam-se à apreciação do Poder Judiciário, mas a interferência, por meio de liminar, na aplicação de regras com elevada especificidade técnica e de enorme impacto financeiro já previamente definidas em atos de agência reguladora para o mercado regulado configura grave lesão à ordem e à economia públicas", acrescentou.

A liminar tem efeito parcial, pois manteve a suspensão do ajuste do MRE entre 1º de julho de 2015 e 7 de fevereiro de 2018. A cobrança ocorrerá para as liquidações posteriores. O ministro argumentou que a co-

bração de todos os valores do período poderia causar dano ao funcionamento das empresas.

O impasse envolvendo o risco hidrológico começou em 2015, quando, em razão da escassez de chuvas, as geradoras de energia não conseguiram produzir toda a energia comprometida nos contratos de fornecimento e tiveram que comprar energia de outros fornecedores para honrar seus compromissos.

Diversos geradores do mercado livre entraram com pedidos de liminar para suspensão do pagamento. A expectativa é a do passivo do ambiente de contratação livre chegue a R\$ 11 bilhões até o fim do ano. (Agência Brasil)

Mais de 2 milhões de estudantes ainda não sabem onde farão o Enem

Cerca de 2,1 milhões de estudantes inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ainda não sabem onde farão as provas, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O exame será nos dias 4 e 11 de novembro. A recomendação é que os candidatos consultem o local de prova o quanto antes e façam, com antecedência, o trajeto até o local.

Os locais de prova estão no cartão de confirmação da inscrição, que está disponível desde segunda-feira (22) e pode ser acessado pela Página do Participante ou pelo aplicativo do Enem 2018, disponível para download na App Store e no Google Play. É preciso infor-

mar o CPF e a senha cadastrada na inscrição. Todas as informações e links podem ser acessados pelo site do Enem.

No ano passado, a poucas horas para o início do exame, cerca de 15% dos inscritos não haviam consultado o cartão de confirmação. O Inep orienta os candidatos a acessar o cartão de confirmação com antecedência e fazer o trajeto até o local do exame antes do dia da prova, para verificar a distância, o tempo gasto e a melhor forma de chegar, evitando atrasos no dia da aplicação.

Cartão de confirmação
O cartão de confirmação informa o número de inscrição; o local de prova, com endereço e

número da sala; as datas e os horários do Enem; a opção de língua estrangeira e os atendimentos específicos e/ou especializados, além de recursos de acessibilidade, caso tenham sido solicitados e aprovados.

Segundo o Inep, não é obrigatório levar o cartão de confirmação impresso no dia das provas. Mas a autarquia recomenda que os estudantes imprimam e levem o cartão nos dias de exame. Para fazer o Enem é preciso levar documento oficial com foto e caneta esferográfica de tinta preta e de tubo transparente.

Enem
Nos dias 4 e 11 de novembro, 5,5 milhões de estudantes

em todo o país deverão fazer o Enem em mais de 17 mil municípios. No primeiro dia do exame (4/11), serão aplicadas as provas de linguagem, ciências humanas e redação. A aplicação terá cinco horas e meia de duração. No segundo dia (11/11) haverá as provas de ciências da natureza e matemática. Os estudantes terão cinco horas para resolver as questões.

O primeiro dia de prova coincide com o início do horário de verão. A aplicação do exame segue o horário de Brasília. Os portões sempre abrem às 12h e fecham às 13h. A prova começa às 13h30. (Agência Brasil)

CNBB condena discursos radicais e pede respeito à democracia

A quatro dias do segundo turno das eleições no país, o Conselho Episcopal Pastoral (Conep) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), defendeu na quarta-feira (24) que a democracia seja respeitada e valores, como justiça e paz social sejam preservados. Citando o clima de violência, o órgão fez um apelo ao bom senso.

"Exortamos a que se deponham armas de ódio e de vingança que estimulam por notícias falsas, discursos e posturas radicais, que colocam em risco as bases democráticas da sociedade brasileira", diz comunicado divulgado pela CNBB.

Para a organização, é fundamental que cada um se policie para evitar o acirramento de ânimos. "Toda atitude que incita à divisão, à discriminação, à intolerância e à violência, deve ser superada. Revisitamo-nos, portanto, do amor e da reconciliação, e trilhem o caminho da paz".

Os bispos se reuniram ontem e hoje em Brasília, na sede da CNBB. No encontro, reiteraram a disposição do diálogo e de colaboração: "A CNBB reafirma seu compromisso, sobretudo através

do diálogo, de colaborar na busca do bem comum com as instituições sociais e aqueles que, respaldados pelo voto popular, foram eleitos para governar o país".

No comunicado, os bispos ressaltam a importância das eleições. "Eleições são ocasião de exercício da democracia que requer dos candidatos propostas e projetos que apontem para a construção de uma sociedade em que reinem a justiça e a paz social".

Os bispos destacam ainda que cabe ao eleitor decidir em quem votar e aos líderes religiosos, seguir o que prega o Evangelho. "Cabe a população julgar, na liberdade de sua consciência, o projeto que melhor responda aos princípios do bem comum, da dignidade da pessoa humana, do combate à sonegação e à corrupção, do respeito às instituições do Estado democrático de direito e da observância da Constituição Federal", diz o nota.

O comunicado acrescenta ainda que não é possível se calar diante de injustiça: "Não podemos nos calar quando a vida é ameaçada, os direitos desrespeitados, a justiça corrompida e a violência instaurada". (Agência Brasil)

Países precisam de políticas públicas para estudante carente, diz OCDE

As diferenças educacionais entre estudantes ricos e pobres começam a ser percebidas aos 10 anos de idade e continuam para o resto da vida, de acordo com o estudo *Equidade na educação: Derrubando as barreiras para a mobilidade social*, divulgado esta semana pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O estudo é baseado nos resultados do último Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), de 2015, e nos questionários aplicados a estudantes, professores e diretores. A avaliação foi aplicada a estudantes de 15 anos de 72 países e economias. O relatório compara estudantes carentes econômicas, social e culturalmente e estudantes com maior acesso a esses bens.

O que fazer

A OCDE aponta que são necessárias políticas públicas voltadas para redução de desigualdades. Para reverter esse cenário, os professores são fundamentais. Eles podem ser capa-

citados para identificar os estudantes que mais precisam de atenção, aplicar estratégias apropriadas para o aprendizado e melhorar a comunicação dos pais com a escola.

De acordo com Gabriela, a chave é o acesso à educação de qualidade. "Essa não é só um imperativo social, mas um jeito de usar recursos de forma mais eficiente, aumentando o conhecimento, as habilidades e os talentos que temos nas economias", diz. Ela acrescenta: "Quando as políticas miram os mais vulneráveis, todos ganham".

Escolas carentes
Os resultados mostram que estudantes carentes estão, em grande parte, nas piores escolas. Como resultado, eles tiraram 88 pontos a menos que estudantes mais ricos em ciências, competência que foi foco na última avaliação, o que equivale a cerca de três anos de estudos. "Onde você nasce e o quanto ricos são seus pais continuam a determinar as suas chances na vida. O seu CEP [código de en-

dereçamento postal] determina o seu futuro. Esses fatores influenciam a qualidade da educação disponível para você", disse a diretora da OCDE Gabriela Ramos, ao lançar o relatório.

Cenário brasileiro
No Brasil, os dados mostram que 11,2% dos estudantes mais carentes tiveram o mesmo desempenho em ciências que os 25% mais ricos no país. A média dos países da OCDE é 11,3%. A porcentagem foi mais alta que de outros países da América Latina como a Colômbia, com 10,5%; o Peru, com 5,6%; o Uruguai, com 9,2%.

Entre os mais carentes, apenas 2,1% tiveram desempenho no nível 3 ou superior em ciências, leitura e matemática. O nível 3 é considerado o mínimo suficiente para o desenvolvimento do estudante. Entre os países da OCDE, a média é que 25,2% dos estudantes mais carentes consigam essa pontuação.

No Brasil, 51,8% dos estudantes mais carentes estão em escolas também carentes. A mé-

dia entre os países da OCDE é 48%. De acordo com o estudo, entre os países da OCDE, estudantes carentes que frequentam boas escolas tiram, em média, 78 pontos a mais que aqueles que frequentam escolas em situação mais vulnerável.

Segundo Gabriela, estar nas melhores escolas limita "não só a performance desses estudantes, mas a crenças nos próprios potenciais". Ela diz ainda que esses estudantes "estão mais expostos a estresses que causam sentimento de que não pertencem à escola, não têm confiança e autoestima que precisam para se sair bem nas avaliações".

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 10033121/2018-4. TRIBUNAL: CNJ. Ministério de Direitos e Cidadania. Foro: São Paulo, SP. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Paulo Roberto de Faria. Objeto: Ação de Execução de Sentença. Valor: R\$ 1.000,00. Prazo de Citação: 20 dias. Local de Citação: Rua São João, 150, São Paulo, SP. Data: 24/10/2018. Hora: 14h. Assinatura: Paulo Roberto de Faria. Procurador: Paulo Roberto de Faria. Endereço: Rua São João, 150, São Paulo, SP. Telefone: (11) 3091-1111. E-mail: paulo@pbrf.com.br. Data de Publicação: 24/10/2018.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 10033121/2018-4. TRIBUNAL: CNJ. Ministério de Direitos e Cidadania. Foro: São Paulo, SP. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Paulo Roberto de Faria. Objeto: Ação de Execução de Sentença. Valor: R\$ 1.000,00. Prazo de Citação: 20 dias. Local de Citação: Rua São João, 150, São Paulo, SP. Data: 24/10/2018. Hora: 14h. Assinatura: Paulo Roberto de Faria. Procurador: Paulo Roberto de Faria. Endereço: Rua São João, 150, São Paulo, SP. Telefone: (11) 3091-1111. E-mail: paulo@pbrf.com.br. Data de Publicação: 24/10/2018.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 10033121/2018-4. TRIBUNAL: CNJ. Ministério de Direitos e Cidadania. Foro: São Paulo, SP. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Paulo Roberto de Faria. Objeto: Ação de Execução de Sentença. Valor: R\$ 1.000,00. Prazo de Citação: 20 dias. Local de Citação: Rua São João, 150, São Paulo, SP. Data: 24/10/2018. Hora: 14h. Assinatura: Paulo Roberto de Faria. Procurador: Paulo Roberto de Faria. Endereço: Rua São João, 150, São Paulo, SP. Telefone: (11) 3091-1111. E-mail: paulo@pbrf.com.br. Data de Publicação: 24/10/2018.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 10033121/2018-4. TRIBUNAL: CNJ. Ministério de Direitos e Cidadania. Foro: São Paulo, SP. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Paulo Roberto de Faria. Objeto: Ação de Execução de Sentença. Valor: R\$ 1.000,00. Prazo de Citação: 20 dias. Local de Citação: Rua São João, 150, São Paulo, SP. Data: 24/10/2018. Hora: 14h. Assinatura: Paulo Roberto de Faria. Procurador: Paulo Roberto de Faria. Endereço: Rua São João, 150, São Paulo, SP. Telefone: (11) 3091-1111. E-mail: paulo@pbrf.com.br. Data de Publicação: 24/10/2018.

